

NOTA DE LEITURA

Este livro é um ensaio sobre um modelo de sociedade — e uma proposta para Portugal. Procura a camada que vive por baixo de toda a vida pública: a ideia de país que lhe dá sentido, a régua que decide o que é justo e a forma de medir o que faz uma vida boa.

Há livros que dizem o *quê* e o *quanto*. Este diz o *porquê*. As escolhas que aqui se defendem não nasceram de uma folha de cálculo, nasceram de uma certa ideia de Portugal e do que é uma vida bem vivida. É essa raiz viva que estas páginas procuram tornar clara.

Quem quiser saber por que uma sociedade justa escolhe o que escolhe deve começar por aqui: é o porquê que dá sentido a tudo o que dele decorre.

Este livro nasce também de uma convicção simples: uma visão destas vive nas boas instituições e nos cidadãos que as sirvam bem, e completa-se verdadeiramente quando um país inteiro a reconhece como sua. O que aqui se propõe é uma forma de medir, cuidar e viver a vida comum. Por isso, estas páginas pedem mais do que concordância intelectual; pedem participação numa medida de dignidade que cada português possa levar consigo para o trabalho, para a vizinhança, para a família e para a maneira como trata o que é de todos.

Este livro é, no fundo, a defesa de um modelo de sociedade humana: uma forma de organizar a vida comum em torno da dignidade, da liberdade real, da responsabilidade entre gerações e da capacidade de transformar prosperidade em bem-estar vivido. Não pretende acrescentar apenas mais uma voz ao debate público português, mas oferecer-lhe um chão comum. Portugal é o lugar certo para começar porque tem escala para demonstrar, memória para compreender, Europa para amplificar e alma suficiente para lembrar que o futuro não vale por ser novo, mas por ser mais humano.

COMO LER ESTE LIVRO

Este livro pede uma cortesia ao leitor: que distinga, à medida que avança, três planos diferentes do que aqui se afirma. Há páginas que descrevem o que é, páginas que defendem o que deve ser, e páginas que propõem o que pode ser feito. Cada uma pede um tipo distinto de concordância, e este livro não esconde qual é qual.

O primeiro plano é o do diagnóstico. Quando se diz que a justiça portuguesa decide tarde, que faltam profissionais ao Serviço Nacional de Saúde, ou que a solidão atinge centenas de milhares de pessoas, isto não é opinião, é facto verificável, com fonte. Onde os números são robustos, afirmamo-los com firmeza; onde são estimativas, dizemo-lo sem disfarce.

O segundo plano é o dos valores. Quando se afirma que a dignidade humana é o padrão de tudo, ou que a vida vale por inteiro — do trabalho ao descanso, da infância à velhice —, isto não se demonstra com dados; é uma escolha moral, assumida como tal. Não se pede fé cega nem se invoca autoridade, pede-se adesão livre a uma certa ideia de país.

O terceiro plano é o das propostas dependentes de execução. Quando se diz que uma reforma fecha as contas, ou que uma meta se atinge numa década, isto vale sob premissas — e essas premissas têm de ser ditas. Por isso a linguagem deste plano é condicional: se o crescimento for este, sob estas condições, então este resultado é alcançável. Uma proposta séria não promete certezas que não tem — promete método para lidar com a incerteza.